



**ATENÇÃO A SAÚDE DE MINORIAS SEXUAIS E DE GÊNERO NOS CURSOS DE
ODONTOLOGIA: ANÁLISE DA COMPOSIÇÃO CURRICULAR DAS
INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DO BRASIL.**

Louise de Araújo Rodas¹, Elizandra Silva da Penha²

RESUMO

As minorias sexuais e de gênero, ou mais usualmente conhecidas como comunidade LGBTQIAPN+, termo que se refere ao grupo social cuja identidade de gênero, orientação sexual ou práticas sexuais diferem dos da maioria da sociedade na que vivem; o cirurgião-dentista precisa reconhecer a heterogeneidade deste grupo para oferecer um serviço odontológico de qualidade, de forma que transmita confiança e ofereça assistência adequada, constatando-se o papel indispensável do ensino de diversidade sexual e de gênero nos cursos de odontologia das Instituições de Ensino Superior (IES) do país. A proposta do estudo apresenta-se como uma pesquisa transversal com abordagem quantitativa, com amostra constituída pelos planos pedagógicos dos cursos de odontologia das IES públicas de todo o país. Os resultados mostraram que, em 2022, existem cinquenta e sete IES que ofertam o curso de odontologia no Brasil, sendo a maior parte no sudeste e nordeste; apenas cinco ofertam alguma disciplina que aborde temas e conteúdos relacionados à saúde a partir de minorais sexuais e de gênero, sendo a distribuição similar para disciplinas optativas e obrigatórias, com carga horária variando de 30h a 60h, em sua maioria no 3º semestre de graduação. Observou-se, portanto, que esse tema ainda é pouco abordado nas universidades públicas, demonstrando a necessidade de repensar os planos pedagógicos dos cursos de odontologia, buscando promover a inclusão.

Palavras-chave: Minorias Sexuais e de Gênero, Ensino, Odontologia.

¹ Aluna do Curso de Odontologia, Unidade Acadêmica de Ciências Biológicas, UFCG, Campina Grande, PB, e-mail: louiserodas20@gmail.com

² Professora Doutora, Unidade Acadêmica de Ciências Biológicas, UFCG, Campina Grande, PB, e-mail: elizandrapenha@hotmail.com

HEALTH ATTENTION OF SEXUAL AND GENDER MINORITY IN DENTISTRY COURSES: ANALYSIS OF THE CURRICULUM COMPOSITION OF PUBLIC INSTITUTIONS IN BRAZIL.

ABSTRACT

Sexual and gender minorities, or more commonly known as the LGBTQIAPN+ community, term referring to the social identity group whose gender identity, sexual orientation or sexual practices differ from the majority of the society in which they live; the dentist needs to recognize the heterogeneity of this group to offer a quality dental service, in a way that transmits confidence and offers adequate assistance, noting the indispensable role of the teaching of sexual and gender diversity in the dentistry courses of the Educational Institutions Higher Education (IES) in the country. The study proposal is presented as a transversal research with a quantitative approach, with a sample constituted by the pedagogical plans of the dentistry courses of public HEIs throughout the country. The results showed that, in 2022, there are fifty-seven HEIs that offer the dentistry course in Brazil, most of them in the Southeast and Northeast; only five offer some discipline that addresses themes and content related to health from sexual and gender minors, with a similar distribution for optional and mandatory disciplines, with a workload ranging from 30h to 60h, mostly in the 3rd semester of graduation. It was observed, therefore, that this topic is still little addressed in public universities, demonstrating the need to rethink the pedagogical plans of dentistry courses, seeking to promote inclusion.

Keywords: Sexual and Gender Minorities, Teaching, Dentistry.

INTRODUÇÃO

As minorias sexuais e de gênero, ou mais usualmente conhecidas como comunidade LGBTQIAPN+ (lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti, queer, intersexo, assexual, panssexuais, não – binária e mais) se refere a uma população menos favorecida socialmente, sendo inferiorizada e marginalizada. Este grupo abrange a diversidade de sexo biológico, orientação sexual, práticas sexuais, identidade e expressão de gênero (OLIVEIRA, 2020).

Em 2010, o Ministério da Saúde do Brasil lançou a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, proporcionando um avanço significativo para o atendimento da população LGBTQIAPN+ no cenário da saúde. Esta política, vigente até hoje, contempla a participação social, a promoção, atenção e o cuidado à saúde e aponta que essa população, que se encontra em vulnerabilidade, necessita de um olhar diferenciado, para que seja atendida com equidade e qualidade (BRASIL, 2011). Recentemente, as Novas Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Graduação em Odontologia foram homologadas, onde neste documento dialoga-se a necessidade de durante a formação do cirurgião-dentista, serem discutidas a diversidade sexual e de gênero, sendo assim um marco importante para a educação em competências culturais que ainda é inadequado, se não, inexistente (BRASIL, 2021).

A relação entre usuários e serviços de saúde é considerada essencial para fortalecer a qualidade do atendimento. Uma formação do profissional em saúde regida por uma cultura acadêmica heteronormativa, ou seja, aquela centrada no comportamento heterossexual como normalidade, acarreta um déficit na formação de profissionais de saúde e dificulta a abordagem de temas, pelo profissional de saúde, inerentes à sexualidade e aos tabus sociais (MÜLLER, 2013).

O cirurgião dentista, assim como outros profissionais da área da saúde, precisa reconhecer a heterogeneidade deste grupo e entender que, como um grupo, pessoas LGBTQIAPN+ enfrentam maiores riscos à saúde do que o resto da população. Assim, é essencial que as instituições de ensino realizem adequações em seus currículos, inserindo temáticas relacionadas à diversidade sexual e de gênero, para que os discentes tenham o suporte necessário para o atendimento dessa população (RUSSEL; MORE, 2016). Portanto, para oferecer um serviço odontológico de qualidade aos pacientes que se encaixam como minorias sexuais e gênero, de forma que transmita confiança e ofereça assistência adequada, constata-se o papel

indispensável do ensino de diversidade sexual e de gênero nos cursos de odontologia das Instituições de Ensino Superior (IES) do país.

METODOLOGIA

Classificação da pesquisa

A proposta do estudo apresenta-se como uma pesquisa transversal com abordagem quantitativa. Por não envolvimento de seres humanos e pelo material ser considerado de domínio público (dados secundários), é dispensada sua apreciação pelo comitê de ética.

Universo e amostra de estudo

A amostra foi constituída pelos planos pedagógicos dos cursos de odontologia das IES públicas de todo o país. Os cursos foram identificados na base de dados oficial e única de informações relativas às IES, por meio do endereço eletrônico do Ministério da Educação (www.emec.mec.gov.br). Em seguida, a busca se destinou as páginas das instituições públicas do Brasil, com o objetivo de obter, em cada uma, o plano pedagógico do curso de odontologia.

Critérios de inclusão

Foram incluídos no estudo todos os cursos de Odontologia, das instituições públicas do Brasil, que se encontravam em atividade no ano de 2022.

Critérios de exclusão

As instituições públicas que não possuíam canais de comunicação oficiais e que não apresentaram sua estrutura curricular completa disponível via web foram excluídas.

Material e procedimento

A metodologia adotada foi descrita por Moura (2022), onde a coleta de dados foi feita através de um formulário, preenchido de acordo com informações presentes no plano pedagógico de cada instituição. Ao ser verificado a presença de conteúdos relacionados ao ensino de diversidade sexual e de gênero como disciplina nos cursos de odontologia, foram coletadas as seguintes variáveis: nomenclatura, semestre no

qual a disciplina é ofertada, caráter obrigatório ou optativo, integração disciplinar, carga horária, assim como se a disciplina apresenta algum pré-requisito.

Processamento e análise dos dados

Os dados foram armazenados e tabulados utilizando o programa Microsoft® Excel v. 2010, no qual foi possível determinar resultados descritivos com a elaboração de frequências absolutas e percentuais.

DESENVOLVIMENTO

De acordo com a resolução nº 3, de 21 de junho de 2021, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de graduação em Odontologia no Brasil, a formação do cirurgião-dentista deve capacitá-lo a atuar em todos os níveis de atenção à saúde e, para isso, deve haver uma formação generalista (BRASIL, 2021). A dificuldade de acesso a saúde por comunidades LGBTQIA+ não se resume a obstáculos em conseguir atendimento médico, mas também em entraves na busca por uma assistência odontológica adequada (OLIVEIRA *et al.*, 2018).

Durante a graduação, é preciso que se aborde temas diversificados sobre a temática, como saúde mental, risco de doenças crônicas, terapias hormonais e suas consequências, orientação sexual, identidade de gênero e quais agravos em saúde bucal são mais comuns na comunidade LGBTQIAPN+, e não somente HIV/AIDS, perpetuando um ciclo preconceituoso de estigma das minorias sexuais e de gênero (AGUILLAR *et al.*, 2015). Levando à reflexão de como e quão bem os cursos de graduação em odontologia estão preparando seus alunos sobre conteúdos relacionados a minorias sexuais e gênero.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo Paranhos *et al.* (2009), já havia 189 cursos de Odontologia – públicos e privados – no Brasil em 2009, concentrados principalmente nas regiões Sudeste e Sul. No que se refere a instituições públicas, em 2022 existem cinquenta e sete que ofertam o curso de odontologia no Brasil. A maior parte está concentrada na região Sudeste (21) e Nordeste (19). Apenas uma pequena parcela se distribui nas demais regiões: Sul (11), Norte (3) e Centro-Oeste (3). Em estudo, Cipriano *et al.* (2019) havia identificado maior presença dos cursos de Odontologia em IES públicas também nas

regiões Sudeste (21) e Nordeste (20), o que demonstra manutenção dos cursos nessas instituições.

Os resultados mostraram que dentre cinquenta e sete IES, cinco instituições não informam seu plano pedagógico no site da instituição, sendo excluídas desta pesquisa. Entre as instituições que apresentam PPC online, apenas cinco ofertam alguma disciplina que aborde temas e conteúdos relacionados à saúde a partir de minorais sexuais e de gênero. Quanto ao caráter obrigatório ou optativo, distribuição similar entre as disciplinas foram observadas (Tabela 1).

Tabela 1. Distribuição da presença de disciplinas e sua característica (optativa ou obrigatória)-nos cursos de odontologia das instituições públicas do Brasil.

	PRESENÇA DA DISCIPLINA	OPTATIVA	OBRIGATÓRIA
CENTRO OESTE	-	-	-
NORDESTE	11,7%	50%	50%
NORTE	-	-	-
SUDESTE	11,1%	-	100%
SUL	18,1%	100%	-

Fonte: Dados de pesquisa (2022).

Estudo demonstra que as dificuldades vivenciadas pelas pessoas LGBTQIAPN+ impactam o preconceito, a intimidação, práticas desumanizadas e antiéticas por parte dos profissionais de saúde, além do despreparo dos profissionais no atendimento às especificidades desse grupo (DAHLHAMER *et al.*, 2016). Destaca-se também que geralmente esta comunidade omite sua orientação sexual ou identidade de gênero ao buscar ajuda dos profissionais de saúde, bem como evitam realizar o acompanhamento em serviços de saúde devido ao medo da repulsa e ao enfrentamento de obstáculos no atendimento (OLIVEIRA *et al.*, 2018).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), de 1948, dispõe que todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos e, enquanto tais,

possuem capacidade para gozar os direitos e as liberdades da DUDH sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição (ONU, 1948).

Os poucos estudos existentes sobre as questões a respeito da diversidade sexual e de gênero na Odontologia sugerem haver um desconhecimento em relação a essa população (MORE; WHITEHEAD; GONTHIER, 2004), revelando uma desvalorização com esse grupo, inclusive dos estudantes de Odontologia que se auto identificam como LGBTQIAPN+ (BEHAR-HORENSTEIN *et al.*, 2014).

Ao analisar se as disciplinas referentes ao tema são teóricas, práticas ou teórico-práticas, os resultados mostraram que todas são teóricas. Dessa forma, todas essas disciplinas são ofertadas de maneira específica e não correlacionada as demais (Tabela 2). Também foi observado que a maioria das disciplinas não exigem pré-requisito, com exceção da ofertada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Tabela 3).

Tabela 2. Distribuição da quantidade de disciplinas teóricas, práticas e teórico-práticas, por região do Brasil.

	TEÓRICA	PRÁTICA	TEÓRICO-PRÁTICA
CENTRO OESTE	-	-	-
NORDESTE	100%	-	-
NORTE	-	-	-
SUDESTE	100%	-	-
SUL	100%	-	-

Fonte: Dados de pesquisa (2022).

Tabela 3. Presença e ausência de pré-requisitos para as disciplinas por região do Brasil.

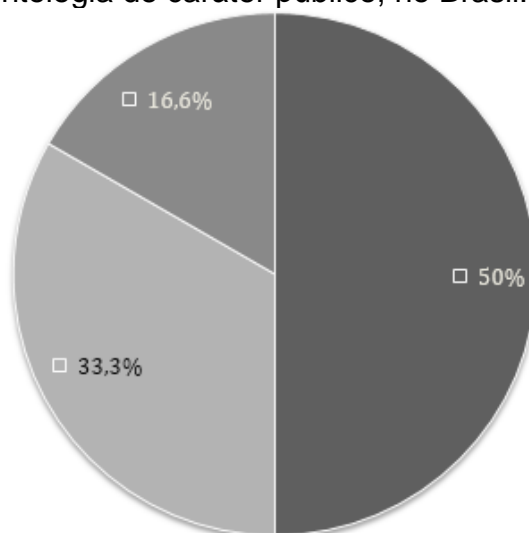
	POSSUI PRÉ-REQUISITO	NÃO POSSUI	NÃO CONSTA INFORMAÇÃO
--	----------------------	------------	-----------------------

PRÉ-REQUISITO			
CENTRO OESTE	-		
NORDESTE	-	50%	50%
NORTE	-	-	-
SUDESTE	-	100%	
SUL	100%		

Fonte: Dados de pesquisa (2022).

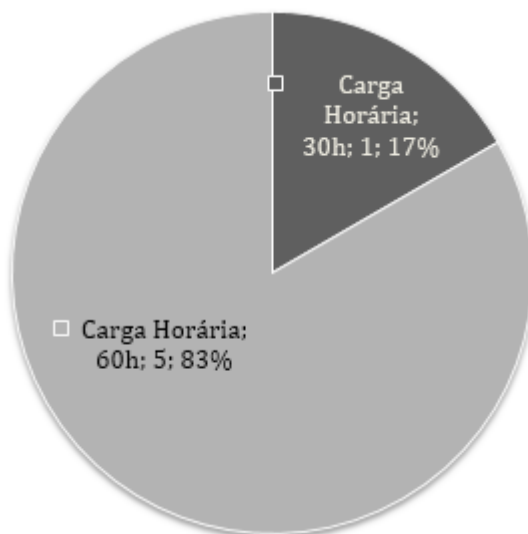
Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no seu artigo 53º, Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras devem estabelecer a programação curricular de cada curso, garantindo a sua autonomia didático-científica (BRASIL, 1996). Em relação ao semestre ofertado, a maioria das disciplinas são ofertadas no 3º semestre, seguido do 2º semestre e 1º semestre. (Gráfico 1). No que se refere a carga horária, a maior parte das disciplinas são ofertadas com 60h. (Gráfico 2).

Gráfico 1. Semestre em que é ofertado disciplinas que abordem temas e conteúdos relacionados à saúde a partir de minorais sexuais e de gênero, nos cursos de odontologia de caráter público, no Brasil.



Fonte: Dados de pesquisa (2022).

Gráfico 2. Carga horária das disciplinas, nos cursos de odontologia de caráter público, no Brasil.



Fonte: Dados de pesquisa (2022).

Quanto as nomenclaturas utilizadas nas disciplinas, foram encontradas seis diferentes variações a depender da instituição: Relações étnico-raciais, Gênero e diversidade, Perspectivas sociais, culturais e políticas de atividade odontológica, Ciências humanas e sociais, Saúde e sociedade, Etnicidade, minorias e políticas públicas e Gênero e políticas públicas foram os nomes encontrados.

De acordo com o relatório da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexuais (ILGA), o Brasil ocupa o primeiro lugar nas Américas em quantidade de homicídios de pessoas LGBTQIAPN+s e também é o líder em assassinato de pessoas trans no mundo (ITABORAHY *et al.*, 2013).

A política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, aprovada no conselho nacional de saúde em 2009 e instituída no âmbito do sistema único de saúde (SUS) através da portaria nº 2.836, de 1 dezembro de 2011, é um documento norteador e legitimador das especificidades de saúde da população LGBTQIAPN+; com o objetivo de promover a saúde integral, eliminando a discriminação e o preconceito institucional contribuindo para a redução da desigualdade, respeitando-se suas especificidades de gênero, raça/etnia, geração, orientação e práticas afetivas e sexuais para consolidação do SUS como um sistema universal, integral e equitativo (BRASIL, 2011).

Evidencia-se que as vulnerabilidades vivenciadas pelas pessoas LGBTQIAPN+ estão atreladas ao preconceito, à omissão de direitos, ao estigma social, à invisibilidade e à dificuldade de acesso aos serviços de saúde que se constituem como as principais barreiras para a não efetivação de um bem-estar

biopsicossocial (CATÃO *et al.*, 2015). Sabendo disso, vê-se a necessidade da implementação de políticas públicas para a promoção da saúde e a redução de LGBTfobia nos cenários sociais e de saúde.

É imprescindível a participação dos diretores dos cursos, mas também dos docentes, nas transformações culturais necessárias ao ensino em Odontologia, havendo a necessidade do fomento de ambientes multiculturais saudáveis, capazes de efetivar, de fato, as políticas de não-discriminação que afirmam defender, promovendo a inclusão, aceitação e compreensão almejando a redução das desigualdades em saúde (MORE; WHITEHEAD; GONTHIER, 2004; SCHENAL, 2018).

CONCLUSÃO

As informações geradas nesse trabalho permitem demonstrar, através do componente curricular, que disciplinas abordando minorias sexuais e de gênero ainda são pouco ofertadas nas universidades públicas, demonstrando a necessidade de repensar os planos pedagógicos dos cursos de odontologia, buscando promover a inclusão. É importante que o atendimento para essas pessoas seja abordado durante a graduação de odontologia, de modo que se forme e transforme profissionais aptos a prestarem atendimento a esses pacientes, além de preparados para atuarem de maneira multidimensional e sem distinções.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, minha família, ao Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica da Universidade Federal de Campina Grande e a Profa. Dra. Elizandra Penha pela incrível oportunidade de desenvolver um lindo e importante projeto.

REFERÊNCIAS

BEHAR-HORENSTEIN, Linda S.; MORRIS, Dustin R. Dental school administrators' attitudes towards providing support services for LGBT-identified students. **Journal of Dental Education**, v. 79, n. 8, p. 965-970, 2015.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei diretrizes e bases da educação nacional, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 3, de 21 de junho de 2021. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 21 jun. 2021. ed. 115, Seção 1, p. 77.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.836, de 1 de dezembro de 2011. Instituída, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional LGBT)**. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html> Acesso em: 20 de ago de 2022.

CATÃO, M.Ó.; FARIAS, C.L.D.; LIMA, D.M.C.; GÓES, L.C.M. **Social exclusion of the rights of citizenship: patterns and population lgbt mishaps of Campina Grande – PB** [Internet], v. 1, n. 7; p. 05-30, 2015.

CIPRIANO, O.B. et al. Odontologia para pacientes especiais: análise da composição curricular das instituições públicas do Brasil. **Research, Society and Development**. v.9, n.2, p.1–13, 2019.

DAHLHAMER, J.M.; GALINSKY, A.M.; JOESTL, S.S.; WARD, B.W. Barriers to health care among adults identifying as sexual minorities: a US National Study. **AJPH**.v. 6, n. 106, p. 1116-22, 2016.

ITABORAHY, Lucas Paoli; ZHU, Jingshu. Homofobia do Estado: análise mundial das leis, criminalização, proteção e reconhecimento do amor entre pessoas do mesmo sexo. **Associação internacional de lésbicas, bissexuais, transexuais e intersexuais**, 2013.

MORE, F. G.; WHITEHEAD, A. W.; GONTHIER, M. Strategies for student services for lesbian, gay, bisexual, and transgender students in dental schools. **Journal of dental education**, v. 68, n. 6, p. 623-632, 2004.

MOURA, A. B. R., PEREIRA, E. L., CIPRIANO, O. B., GOES, V. N., PALMEIRA, J. T., SILVA, R. M. d., .PENHA, E. S. d. (2022). **Ensino da Língua Brasileira de Sinais nos cursos de Odontologia: Análise da composição curricular das instituições públicas do Brasil**. *Research, Society and Development*, 11(3),

MÜLLER, A. Teaching lesbian, gay, bisexual and transgender health in a South African health sciences faculty: addressing the gap. **BMC Medical Education**, v. 13, n. 1, p. 1-7, 2013.

OLIVEIRA, G.S.; NOGUEIRA, J.A, COSTA, G.P.O.; SILVA, F.V.; ALMEIDA, S.A. Access by lesbians, gays, bisexuals and transvestites/transsexuals to the basic family health units. **Revista RENE**, v. 3295, n. 19, p. 1-7. 2018.

OLIVEIRA, S. W. Minorias sexuais e de gênero: Diversidade e adversidade. Journal: **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, p. 137-164, 2020.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração universal dos direitos humanos**. 1948.

PARANHOS, L. R. et al. Análise do mercado de trabalho odontológico na região Sul do Brasil. **Revista da Faculdade de Odontologia-UPF**, v. 14, n. 1, 2009.

RUSSELL, S.; MORE, F. Addressing health disparities via coordination of care and interprofessional education: lesbian, gay, bisexual, and transgender health and oral health care. **Dental Clinics**, v. 60, n. 4, p. 891-906, 2016.

SCHENAL, Tainá Alexandra et al. **A temática lgbt na formação em odontologia: uma revisão de literatura**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Odontologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.